

5ª REUNIÃO DA DIRETORIA DA ABRASCO (GESTÃO 2015 – 2018)
Webconferência, 17 de junho de 2016.

Participantes:

Diretoria ampliada: Gastão Wagner de Sousa Campos, Alcides Miranda, Anacláudia Fassa, Cipriano Maia, Eduardo Faerstein, Eli Iola, Elias Rassi, José Ivo Pedrosa, Leonor Pacheco, Marília Louvison, Mário Scheffer, Raquel Rigotto.

Convidada: Tatiana Gerhardt

Secretaria Executiva: Carlos Silva, Thiago Barreto, Inês Genoese.

1) REFORÇO DA ATUAÇÃO DA ABRASCO EM BRASÍLIA

Diante das diversas demandas de representação da Abrasco em Brasília, a Diretoria ampliada aprovou o seguinte:

- A Associação deve ser representada prioritariamente por Leonor Pacheco, Elias Rassi (pela facilidade de ir à Brasília) e Nilton Pereira Jr (que está na capital com frequência para atividades do CNS);

- Quando nenhum dos três tiver disponibilidade, essa participação deve ser delegada para associados, como membros de Comissões, Comitês e Grupos Temáticos que estejam em Brasília. Além desta indicação, Leonor poderá solicitar que Vinicius Ximenes, professor da UnB, represente a Abrasco em atividades específicas.

2) 7º CONGRESSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS EM SAÚDE

A coordenadora da Comissão de Ciências Sociais e Humanas em Saúde, Tatiana Gerhardt, informou em linhas gerais a estrutura do próximo Congresso de Ciências Sociais e Humanas em Saúde, os seus objetivos, as inovações metodológicas e as últimas decisões das Comissões Científica e Organizadora do evento, que será realizado entre os dias 9 e 12 de outubro, em Cuiabá.

A proposta inicial para a conferência de abertura era contar com a participação do escritor Mia Couto. No entanto, após o contato com o seu agente no Brasil, a Comissão optou por convidar a

filósofa Marilena Chauí. Também está prevista uma conferência de encerramento. Para esta atividade, pretende-se convidar Pepe Mujica, senador e ex-presidente do Uruguai.

A presidente da American Public Health Association, Camara Jones, será convidada para participar do congresso. Esse convite será encaminhado por Eduardo Faerstein e Tatiana Gerhardt. Esse convite foi aprovado sob a condição de a participação dela não ser custeada pelo evento.

Também ficou aprovado o encaminhamento de a Secretaria Executiva e a Comissão Organizadora do Congresso detalharem o planejamento orçamentário do evento, assim como a sua programação financeira.

3) CIÊNCIA & TECNOLOGIA

I – Sobre a política de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Raquel Rigotto apresentou alguns apontamentos sobre os eixos que têm orientado a política de Ciência, Tecnologia e Inovação, destacando que a perspectiva hegemônica tem sido aquela centrada na inovação tecnológica e que visa a intensificação da acumulação de capital.

Apesar de essa avaliação ter sido reconhecida como um importante ponto de partida para uma análise mais aprofundada, elas não foram consideradas consensuais no interior da Abrasco e, nem mesmo, entre os membros da Diretoria ampliada.

Após lembrar que a Universidade nasceu, na Idade Média, para ser um espaço autônomo frente à Igreja para o desenvolvimento de pesquisa e para a produção de conhecimento, Gastão indicou que, com o passar do tempo, essa autonomia foi se estabelecendo para preservar a atividade científica das influências políticas e econômicas.

Foram aprovados os seguintes encaminhamentos:

- Com o objetivo de fomentar a discussão sobre a política de Ciência, Tecnologia e Inovação, ficou aprovada a participação de alguns membros da Diretoria ampliada na próxima reunião do Comitê de Assessoramento de Ciência & Tecnologia, que deve ser realizada em julho, no Rio de Janeiro ou por meio virtual. Isto será encaminhado por Gastão, que contatará o coordenador do Comitê, Luis Eugenio Souza.

- A nossa interlocução com a SBPC deve ser conduzida pelo Comitê de C&T, que em grande parte já o faz, mas neste momento de aguda crise política deve-se deixar clara uma divisão de tarefas;

- Apesar das críticas existentes à política de Ciência, Tecnologia e Inovação, a Abrasco continuará com a campanha “Fica MCTI”.

II - Zika e Olimpíadas

Sobre a proposta de adiamento dos Jogos Olímpicos, a Diretoria ampliada concordou com os tópicos apresentados pela Comissão de Epidemiologia, tendo em vista que não há evidência epidemiológica que justifique o adiamento dos Jogos: não subscrever nem se pautar pela carta sobre suspensão das Olimpíadas, mas cobrar (dos três níveis de governo) o que está sendo feito; quais medidas efetivas serão tomadas em relação à Zika para proteger brasileiros e estrangeiros; não permitir que a epidemia seja banalizada, que os riscos sejam minimizados ou escondidos; e sempre responder com evidência científica.

Esse conteúdo será transformado em uma nota para divulgação na próxima semana (até 24 de junho). O texto da nota será apresentado por Eduardo Faerstein.

III – Projeto com CNPq para avaliação do SUS

O presidente do CNPq, Hernan Chaimovich, aceitou o convite feito por Gilberto Kassab, ministro interino de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, e a sua permanência já foi confirmada. Assim, no mínimo em tese, haveria ainda a possibilidade de realizar o projeto de Avaliação do SUS em parceria com o CNPq.

Esse projeto também poderá ser viabilizado por meio de outra parceria. Essa possibilidade se abriu após contato de Gastão com Joaquín Molina, representante da Opas-Brasil. Assim, existe a chance de o projeto contar com o apoio do CNPq e da Opas. Gastão e Molina devem agendar uma reunião para tratar desse e de outros assuntos.

A redação e a coordenação do projeto ficarão sob a responsabilidade da Comissão de Política, Planejamento e Gestão.

4) ABRASCO EM DEFESA DO SUS

O ponto foi iniciado com uma breve avaliação da conjuntura recente, que pode ser caracterizada pela condução do país por um governo interino com grande debilidade política e pouca legitimidade social. Isso se deve, entre outras razões, ao questionamento da forma que esse governo chegou ao poder e ao envolvimento de figuras importantes em esquemas de corrupção, resultando na queda de três ministros.

Em que pese essa fragilidade, o setor econômico do governo interino conta com o apoio de um Congresso Nacional muito conservador e, com isso, está aproveitando o contexto de crise para empreender um projeto de contrarreforma social. Esperava-se que essa ofensiva sobre as políticas sociais incidisse, primeiro, na Previdência e nos Direitos Trabalhistas. Porém, o governo interino ao propor um teto para o gasto público, por meio do envio nesta semana da PEC 241, inicia o ataque pela Educação e pela Saúde, buscando desmontar totalmente a estrutura de financiamento prevista na Constituição e inserir uma nova concepção de participação do Estado na política social. Trata-se do chamado “Orçamento Zero”, isto é, sem qualquer vinculação do orçamento à política de Estado e, dentro dessa lógica, o que é financiado precisa ser redefinido a cada ano, sendo o equilíbrio fiscal de longo prazo o objetivo central a ser alcançado. Segundo as estimativas preliminares, com base nos orçamentos de 2002 a 2015, se projeta um cenário assustador para a Saúde e para o conjunto das políticas sociais a partir de 2017. Ao mesmo tempo, deve-se indicar que a PEC 241 foi apresentada sem examinar o padrão de gastos do governo federal e sem considerar a possibilidade de revê-lo (por exemplo, reduzir a taxa de juros, acabar com uma série de isenções fiscais para grandes empresas, despesas com a manutenção do Legislativo e do Judiciário).

Isso exige uma resposta nossa, rápida, firme e que dê continuidade às iniciativas unitárias em defesa da Democracia, da Cidadania e do SUS, como a reunião do Fórum da Reforma Sanitária, ocorrido no dia 3 de junho, no Departamento de Medicina Preventiva da FMUSP; o Fórum Gaúcho da Reforma Sanitária e o Seminário em Defesa do SUS e do Direito à Saúde, ambos realizados no dia 17 de junho, em Porto Alegre em Campinas, respectivamente; as ocupações de representações do Ministério da Saúde em vários estados; e a marcha nacional em Defesa do SUS, convocada pelo Conselho Nacional de Saúde e que acontecerá no dia 6 de julho, em Brasília, nas capitais e em outras cidades.

Há ainda a discussão sobre a relação da Abrasco com o atual governo, em especial, com o Ministério da Saúde. Há duas situações que devem ser consideradas. Por um lado, essa indefinição não impede que a Abrasco continue a participar como representante da sociedade civil em fóruns do Estado (colegiados da Capes e do CNPq, Conselhos de Saúde, de Segurança Alimentar e Nutricional, de Direito das Mulheres), nem que dialogue com gestores e técnicos, mas cuidando para não passar a ideia de que a Associação legitima os representantes desse governo (presidente e ministros interinos), por ser um governo ilegítimo, antipopular e contra os direitos sociais. Por outro, é muito difícil qualquer contato ou relação de cooperação com o governo antes do julgamento do impeachment no Senado. Em suma, deve-se avaliar singularmente cada situação para definir se a Abrasco deve estar presente ou não em algum espaço.

O que está no centro da crise é a resistência ao violento ataque contra os direitos sociais (SUS, educação pública, universidade pública, previdência, direitos trabalhistas) e à ofensiva no plano moral e dos valores, que buscam promover retrocessos nos direitos das mulheres, da população LGBT, da população negra, dos povos indígenas. É nesta resistência, na defesa de “Nenhum direito a menos”, que está a potência para desencadear grandes mobilizações de massas, renovar os movimentos sociais e os partidos de esquerda.

Considerando que a aprovação da PEC depende de 3/5 dos votos na Câmara e no Senado, uma tática de ação deve ser a pressão sobre o Congresso. Para isso, devemos nos dirigir à sociedade pedindo a rejeição dessa proposta, demonstrando para ela os impactos dessa medida na assistência à saúde da população. Nesse sentido, serão tomados os seguintes encaminhamentos:

- Gastão fará contato com representantes de entidades do Fórum da Reforma Sanitária para agendar uma conversa (possivelmente via web) para tratar do reforço de mobilizações, do apoio à Marcha do dia 6 de julho e da reação à PEC 241;

- Gastão encaminhará com as entidades a composição de um grupo de especialistas para redigir um documento sobre os impactos dessa PEC. A proposta é divulgá-lo para a imprensa até o dia 24 de junho. Eli lola representará a Abrasco nesse grupo.

- Examinar com as entidades do Fórum da Reforma Sanitária (em especial, com a Ampasa, Gilmar de Assis e Élica Graziani) a possibilidade de ações jurídicas e, até mesmo, Ação Direta de Inconstitucionalidade contra determinadas medidas do governo interino.

- Serão redigidas notas específicas da Abrasco: aos sindicatos brasileiros, convocando-os a defenderem o SUS; aos estudantes da área de Saúde; aos trabalhadores de Saúde.

- As propostas sobre antecipações das eleições, plebiscito e reforma política constitucional devem ser examinados em uma oportunidade seguinte pelo Fórum da Reforma Sanitária.

5) AVALIAÇÃO DA DIRETORIA E DO FUNCIONAMENTO DA ABRASCO

I – Melhorias nos encaminhamentos e acompanhamento das tarefas da Diretoria ampliada

Conforme encaminhado anteriormente, ficou aprovado:

- As reuniões da Diretoria ampliada serão gravadas, para registro histórico e operacional;

- A memória ou ata-executiva ficará sob a responsabilidade de Thiago Barreto, da Secretaria Executiva. Ele encaminhará o resumo do essencial no prazo de 48 horas.

- Quando as tarefas forem indicadas para um grupo de diretores e conselheiros, será designado um coordenador do grupo. As atividades desses grupos serão acompanhadas pela Secretaria Executiva e pelo Presidente. Os responsáveis de cada grupo devem informar, com regularidade, a Diretoria ampliada sobre o processo ou sobre a impossibilidade de desencadeá-lo.

II – Medidas organizativas da Secretaria Executiva da Abrasco

Nos dias 13 e 14 de junho, ocorreu mais uma etapa da consultoria contratada para preparar uma análise situacional e diagnóstica da gestão administrativa, financeira, contábil e jurídica da Abrasco. Esse grupo é formado por um contador, um auditor e uma advogada, sob a coordenação de José Carlos Silva.

Esta rodada foi focada na implantação do novo software para gestão financeira e contábil, que foi iniciada nestes últimos dias. A utilização desse novo software demandará uma reorganização do processo de trabalho da equipe administrativa-financeira e, possivelmente, também será necessário readequar os próprios elementos desta equipe. O grupo de consultores teve a oportunidade de conversar com o representante do fornecedor desse programa e ficaram muito satisfeitos com os recursos disponíveis e o que isso representa de possibilidades para o aperfeiçoamento da gestão financeira e contábil da Abrasco.

Outro aspecto muito conversado com o grupo de consultoria foi a transição que está em curso na Gerência Administrativa-Financeira. Conforme informado na última reunião da Diretoria ampliada, a Hebe Patoléa, atual gerente, pediu para se desligar da Abrasco e será substituída por dois funcionários que já trabalham na Secretaria Executiva: Marco Aurélio Pinto, atualmente responsável pelas contratações e prestações de contas, e Cátia Pinheiro, da nossa área financeira.

Aguardaremos o retorno da assessora jurídica sobre possíveis necessidades de adequação formal da Abrasco, como: avaliação do estatuto, atividades secundárias dos CNPJ da Associação e da Livraria e inserção da Agência de Acreditação Pedagógica no organograma da Abrasco.

III – Campanha Associados

Foram informadas dificuldades encontradas por uma pessoa interessada em se associar e por três associados que tentaram pagar as suas anuidades. Nenhum conseguiu realizar o procedimento pelo site. Esse problema será verificado pela Secretaria Executiva junto aos associados e ao suporte do sistema.

A Campanha Associados obteve bons resultados em maio. Recebemos cerca de 300 pagamentos de anuidades, entre renovações e novas associações. Este quantitativo é superior ao acumulado entre janeiro e abril de 2016. Para fecharmos 2016 com 3.500 associados precisaremos obter, em média, cerca de 300 anuidades/mês. A Secretaria Executiva acredita que esse bom desempenho é fruto de alguns fatores: as manifestações da Abrasco em defesa do SUS obtiveram repercussão positiva e com bom alcance, o término da primeira fase promocional do Congresso de Ciências Sociais e Humanas em Saúde (que tinha um desconto atrativo para associados) e as primeiras mensagens da Campanha Associados.

Desde a última reunião da Diretoria ampliada, também trabalhamos em outras frentes: inserimos uma segunda pessoa, a Roberta Nascimento, para reforçar o setor de Associados; a Roberta está realizando uma verificação da consistência das informações cadastrais dos associados institucionais; com a orientação da Anacláudia Fassa, teremos um programador para nos apoiar na limpeza no banco de dados dos associados individuais.

Eduardo Faerstein apresentou as seguintes propostas adicionais à Campanha Associados:

1. Organizar planilha de número associados (total e adimplentes) por instituição;

2. Envio de mensagem assinada por Gastão conclamando os dirigentes das instituições a reforçarem a campanha, mencionado o número de associados que tem;

3. Viabilizar o parcelamento sem juros do pagamento das anuidades solidarias: 400,00 em duas vezes e 600,00 em três vezes, conforme proposto na última reunião no Fórum de Coordenadores dos PPG em Saúde Coletiva;

4. A carta incentivar filiação ativa, ou seja, repetindo o convite já feito para participação nas Comissões e GT's. Para que esta proposta tenha viabilidade, propõe-se que esse assunto seja tratado em um ponto de pauta específico na próxima reunião da Diretoria ampliada.

6) RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA ABRASCO

I - DNDi Innovation & Access – Partners' Meeting 2016

No dia 7 de junho, Leonor Pacheco representou a Abrasco no “DNDi Innovation & Access – Partners' Meeting 2016”, ocorrido no Rio de Janeiro. Ela informou que preparou um conteúdo para ser divulgado pela Comunicação da Abrasco, mas isso não aconteceu. A Diretoria ampliada reforçou que é oportuno divulgar as informações obtidas por Leonor. Além disso, a Comunicação foi orientada a entrevistar alguém da coordenação do DNDi, com o objetivo de dar visibilidade a iniciativas sobre populações negligenciadas.

II – Comitê de Assessoramento de Relações Internacionais

Após a aprovação pela Diretoria ampliada, foi ativado o funcionamento deste Comitê Assessor, que é coordenado por Eduardo Faerstein e ainda conta com Anaclaudia Fassa, Álvaro Matida, Luis Eugenio Souza, Luiz Augusto Facchini e Paulo Buss.

Até o momento, o Comitê priorizou a sua atuação na consolidação da Regional das Américas da WFPHA, a Aliança das Associações de Saúde Pública das Américas, formada em abril de 2015 e Facchini teve uma atuação destacada nesta articulação. A Abrasco está muito ativa nessas conversas, em especial nos contatos com o Secretário Executivo da Aliança, Alcides Ochoa, da Sociedade Cubana de Saúde Pública. A 2ª reunião da Aliança será em fins de julho, no Panamá, e



Eduardo Faerstein e Luis Eugenio estarão presentes. Nessa oportunidade, serão consolidados os objetivos e as prioridades de ação da Aliança, que já conta com a participação de 14 países.

Nessa atuação internacional, o Comitê adotará duas referências principais: os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (pós-2015) e o Global Charter for the Public's Health, aprovado pela WFPHA na recente Assembleia Geral em Genebra.

Na última Assembleia Geral da WFPHA, ocorreu a eleição para vice-presidente/presidente eleito da WFPHA. A Abrasco apresentou a candidatura de Luis Eugenio. A campanha teve boa recepção, mas perdemos por pouco para a candidata sul-africana e ficamos na frente do candidato norueguês. Desde essa última assembleia, a WFPHA passou a ser presidida por Michael Moore, da Associação Australiana de Saúde Pública.

A Diretoria ampliada aprovou a incorporação de Alcides Miranda e Leonor Pacheco no Comitê de Assessoramento de Relações Internacionais.